

## 1.

### Introdução

Em 2008, às vésperas das eleições municipais, o Centro de Estudos Direito e Sociedade - CEDES, onde trabalho como pesquisadora, organizou um fórum intitulado “Rio em Debate”, com a intenção de discutir as principais questões da cidade do Rio de Janeiro e, eventualmente, formular uma agenda a ser enfrentada pela sociedade civil e por dirigentes políticos.

Naquela oportunidade, uma das mesas redondas tratou do tema do associativismo, sendo composta, entre outros, pelo MC Leonardo, convidado a falar sobre sua experiência à frente da Associação de Profissionais e Amigos do Funk -APAFunk. MC Leonardo havia fundado aquela entidade a fim de lutar contra a lei que proibia os bailes funk e em prol de outra que reconhecesse o funk como movimento cultural.

Eu havia acabado de escrever minha monografia de conclusão do curso de ciências sociais na PUC-Rio e trabalhado com o tema do reconhecimento e da resignificação de identidades juvenis a partir da cultura. Portanto, minha afinidade com o discurso de Leonardo se revelou imediatamente, pois, para ele, a APAFunk está comprometida com a busca pela “valorização cultural dos moradores das favelas, cuja expressividade e comunicação estão associadas ao funk. (...) Um dos motes da APAFunk é conceber o funk como expressão do morro, como representação da favela, do pobre, do preto, do sofrimento dessa população, do preconceito e da indiferença a que estão submetidos.” (Melo, Sousa, 2008, p.24)

O que despertou meu interesse foi o fato de a criação e organização da APAFunk estar explicitamente relacionada à luta por reconhecimento e direitos. É como se fosse um passo além do que eu havia estudado para a realização do trabalho monográfico anterior, já que a associação foi criada com o objetivo claro de lutar pelos direitos dos jovens funkeiros de tocar e dançar a sua música com liberdade e segurança.

A perseguição sofrida pelos funkeiros, em geral jovens das camadas populares, moradores de favelas e da periferia da cidade, que, no Brasil, representam o segmento que mais sofre com processos sistemáticos de exclusão, criou a necessidade de buscar o reconhecimento legal do funk. Em 2009, a APAFunk realizou um de seus maiores objetivos, ao aprovar, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, duas leis relacionadas ao funk: a primeira delas reconheceu o funk como movimento cultural e a outra revogou a lei 5.265/08, que proibia os bailes funk.

Comecei meu trabalho de campo no final do mês de setembro de 2010, numa festa no Circo Voador, casa de espetáculo localizada na Lapa, bairro central do Rio de Janeiro. O evento fora organizado pela APAFunk, em comemoração ao primeiro ano de vigência da lei que reconhece o funk como movimento cultural. Fui convidada por Guilherme Pimentel, assessor do deputado Marcelo Freixo, que me apresentou a vários MCs, DJs e donos de equipe de som que estavam presentes na festa. Conversei rapidamente com o MC Leonardo sobre o tema da minha dissertação e sobre a possibilidade de entrevistá-lo. Ele disse que estaria viajando nas próximas duas semanas, mas me pediu que entrasse em contato com ele depois disso.

A festa demorou muito a ter início, porque ocorria, simultaneamente, o ensaio de um show programado para o dia seguinte. O funk teve que esperar o ensaio terminar. Ouvi alguns discursos agradecendo a presença de todos e exaltando as conquistas até ali, mas fui embora antes de a música começar.

Passadas as duas semanas, telefonei para o MC Leonardo que prontamente marcou um encontro comigo na Cinelândia. O relato desse dia se encontra no primeiro capítulo.

O MC Leonardo, fundador e presidente da APAFunk, é, portanto o personagem central da minha pesquisa de campo.

Filho de migrante nordestino, nascido e criado na Rocinha, Rio de Janeiro, estudou até a quinta série. Sofreu a influência musical de seu pai, que ouvia de tudo, mas, principalmente, Jackson do Pandeiro. Formou uma dupla com o irmão mais velho, que os tornou conhecidos como MC Junior e MC Leonardo. A dupla já conta 18 anos de carreira.

Leonardo trabalhava como jornalista quando começou a carreira no funk. Mas foi também motorista de táxi numa fase em que não conseguia sobreviver apenas da música. Tem 35 anos. É casado e pai de um menino de 11 anos e de uma menina de quatro. Um pouco antes do nascimento de sua filha, mudou-se da Rocinha, no Bairro de São Conrado, para a Taquara, no Bairro de Jacarepaguá. O motivo foi o desejo de morar mais próximo da família da mulher. Leonardo se orgulha de sustentar a família com o funk.

A música *Rap das Armas*, grande sucesso da trilha sonora do filme *Tropa de Elite*, foi composta por ele e por seu irmão.

Leonardo é muito articulado, expõe com facilidade seus pontos de vista, tem capacidade de persuasão e ostenta um grau de informação incomum.

Durante o mês de outubro, acompanhei o MC Leonardo em várias ocasiões e situações. Estive com ele duas vezes na Universidade Federal Fluminense – UFF. Na primeira vez, fui assistir a uma palestra que ele proferiu na turma de comunicação do Prof. Marcos Alvito. O Prof. Alvito havia fundado uma associação, inspirada na APAFunk: a Associação Nacional dos Torcedores. O objetivo dessa associação é o de defender os interesses dos torcedores contra a exploração e a mercantilização do futebol, concentrando seus esforços na obra de reconstrução do Maracanã.

A segunda vez que fomos à UFF foi também para uma palestra dele no curso “O Funk e o Hip Hop como Expressões da Diáspora Africana”, ministrado pela Profa. Adriana Facina, participante ativa da APAFunk.

Estive também num show organizado por alunos da UFRJ para exigir a devolução do espaço do Canecão – famosa casa de espetáculos do Rio de Janeiro – para o campus da universidade. Esse show contou com a participação de vários MCs ligados à APAFunk.

Além disso, participei de uma reunião na quadra da escola de samba Unidos da Vila Rica, no morro do Tabajaras, em Copacabana. Naquele local, ocorreria o baile funk organizado pela APAFunk em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e também com a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP local. O objetivo da reunião era resolver questões que o comandante da UPP do Tabajaras levantara em relação ao baile, ameaçando,

inclusive, impedir a sua realização. Na tentativa de resolver essas questões, MC Leonardo foi duas vezes ao Corpo de Bombeiros no centro da cidade. Eu o acompanhei. E por fim, estive presente num desses bailes funk organizados pela APAFunk no morro do Tabajaras.

No início de novembro, tive que interromper meu trabalho de campo, porque engravidei e tive recomendações médicas de conter minhas atividades. Como o ato de acompanhar o MC impunha um ritmo muito intenso, não pude mais fazê-lo. A dissertação, por isso, conta basicamente com o material que levantei antes da descoberta da minha gravidez. A parte disso, fiz uma pesquisa na internet que contribuiu com artigos em jornal, entrevistas do MC a jornalistas e alguns depoimentos gravados em vídeo durante ações da APAFunk.

O efeito da minha gravidez sobre o trabalho final foi bastante grande. Tenho consciência das limitações de pesquisa que aparecem no trabalho em decorrência da minha condição. Ainda assim, acredito que apresento aqui um trabalho “bom para pensar”.

No primeiro capítulo, intitulado “Metrô-Cinelândia: funk e acesso à cidade”, faço um breve histórico do surgimento e consolidação do funk como expressão cultural dos jovens das camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, busco apresentar o difícil contexto social, político e cultural que o funk enfrentou nos últimos vinte anos, levando à necessidade de organização dos atores diretamente ligados a essa forma de expressão em uma associação que lutasse pelos seus direitos e pelo reconhecimento do funk como movimento cultural.

A APAFunk concebe o funk como expressão das favelas, dos pobres e dos negros, ou seja, de uma população que se encontra historicamente subalternizada no contexto urbano da nossa cidade. Por isso, sugiro que a luta desses funkeiros extrapola questões ligadas apenas a essa prática cultural, para colocar na agenda questões cruciais, tal como a ampliação de direitos e de participação, fortalecendo assim a cultura democrática no país. Nesse sentido, entendo a APAFunk como um movimento relevante no contexto das lutas sociais brasileiras em prol da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Parto da perspectiva de Alberto Melucci para pensar a APAFunk como um movimento social. Melucci vai localizar na esfera cultural a luta dos novos

movimentos sociais no mundo contemporâneo. Essa luta está ligada, principalmente, à produção e circulação de novos códigos culturais em arenas de discurso cada vez mais amplas e inclusivas.

O conceito de esfera pública é central para entender os novos movimentos sociais. É, por excelência, o lócus de interlocução que tais movimentos estabelecem tanto com a sociedade, quanto com o poder público. É também o que os torna viáveis. Sem uma esfera pública com alguma vitalidade, não há espaço para o desenvolvimento desses movimentos.

Apresento o entendimento de Nancy Fraser sobre as condições necessárias para a construção de uma esfera(s) pública(s) que não se limite apenas aos procedimentos formais da democracia, como ela vê em J. Habermas, mas que favoreça uma igualdade de participação substantiva entre os diferentes públicos que ocupam essa esfera.

Nesse sentido, o conceito de *subaltern counterpublics* de Fraser é extremamente útil para a análise do processo de constituição e fortalecimento da APAFunk como movimento social, uma vez que o conceito traz embutido a ideia de uma multiplicidade de públicos e de arenas discursivas, permitindo o encontro, a troca e a construção de identidades coletivas.

A seguir, introduzo o tema do reconhecimento, imprescindível nos debates sobre os conflitos sociais e culturais na atualidade. A luta pelo reconhecimento de identidades e diferenças culturais faz parte da agenda política da maior parte das sociedades contemporâneas. No caso do Brasil, em que a universalização dos direitos ainda não se tornou realidade, essas lutas vêm imbricadas com questões de igualdade.

O reconhecimento do funk como movimento cultural favorece essa luta nas duas frentes. Primeiro, em termos de identidade e diferenças, possibilita a re-significação positiva de identidades que em geral estão submetidas à subordinação social. E segundo, em termos de equidade e redistribuição, já que esse reconhecimento tem o potencial de proporcionar a esses atores condições de igualdade para a participação na vida cultural da cidade.

No segundo capítulo, “Chapa Quente: revolta e mercado”, abordo a outra frente de luta fundamental para a APAFunk: o mercado funk. Um dos principais

objetivos para a criação da associação, além da questão da sua aceitação como movimento cultural, é o combate ao monopólio do mercado funkeiro e a superexploração vigente nas relações contratuais decorrente disso. Outra consequência dessa monopolização é aquilo que o MC Leonardo, presidente da associação, chama de “monocultura do funk”. Ou seja, a dificuldade que a diversidade da produção funkeira encontra de chegar ao mercado. O que se ouve nas rádios e nos bailes são os funks classificados como proibidos e aqueles de temática sexual, alguns beirando a pornografia.

Para isso, exploro os efeitos dos processos de estigmatização e criminalização do funk, já abordados no primeiro capítulo, na produção, circulação e consumo da música funk. Esses processos tiveram um efeito direto na forma como o mercado funk se organizou. A absorção do gênero musical pelo mercado e pela indústria cultural não se estendeu da mesma forma aos seus produtores. Junto a isso, analiso as ações presentes e futuras da associação na tentativa de mudar esse quadro, como a produção de uma cartilha que explica a questão dos direitos autorais e a possibilidade de a associação ter o seu próprio programa de rádio.

No terceiro capítulo, “Favela Traduzida: funkeiros e mediadores culturais”, analiso as alianças e mediações como peças fundamentais para que as demandas da APAFunk ganhassem espaço em diferentes arenas públicas. Mais uma vez, volto à centralidade da esfera cultural como locus em que essas alianças, especialmente as que envolvem diferentes segmentos sociais, são forjadas. Em diferentes momentos da história do país, as práticas culturais dos segmentos populares, inicialmente perseguidas pelos estratos dominantes, terminaram por servir como instrumento de integração social. Para isso, a necessidade de instâncias mediadoras é fundamental.

Parto do argumento de Iris Marion Young sobre a importância das associações entre diferentes grupos e indivíduos para que o processo político democrático seja realmente inclusivo, isto é, sem privilegiar os interesses de uns sobre outros. Muitas vezes, os debates em torno de políticas públicas terminam por marginalizar alguns grupos, na medida em que o próprio processo decisório favorece determinadas formas de expressão.

Em seguida, apresento o processo de negociação para que, após a conquista da lei, a APAFunk pudesse realizar os bailes funk nas favelas pacificadas pelas UPPs. Esse processo não aconteceu sem as suas dificuldades. Mesmo após a liberação do baile no Morro do Tabajaras, considerado uma experiência piloto para outras favelas ocupadas, as dificuldades enfrentadas na relação com a polícia ainda são muitas, como pude atestar enquanto acompanhei o MC Leonardo.

O aspecto principal a ser considerado, embora ainda seja cedo para afirmações conclusivas, é sobre a ambientação da cultura funk em áreas ditas pacificadas. Como se sabe, a entrada em cena de unidades especiais da Polícia Militar em áreas carentes do Rio de Janeiro alterou positivamente as condições de vida da população local, que, no entanto, mantém-se em estado de tensão permanente. A festa, a música, a liberdade desfrutada por jovens, a intensidade e a oportunidade dessas ocorrências no ambiente das favelas é parte de uma negociação bastante difícil, envolvendo muitos atores. A discussão sobre o funk, nesse contexto, é mais uma forma de se indagar sobre os efeitos dessa nova tentativa de diálogo entre a sociedade e o poder público. As negociações prosseguem, e isso pode ser um sinal positivo. Afinal, a vida social é uma repactuação permanente. E que ela tenha passado a incluir os mais pobres é, sem dúvida, uma boa notícia.